

## FICHE AMENDEMENT

### Titre IV

**Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 17.º-B**  
**Déposée par Monsieur Luís Queiró**

**Qualité: Suppléant**

---

**(Inserção do n.º 3, do Artigo 17.º com alterações)**

**1.** Salvo disposição em sentido contrário prevista **no presente Tratado**, o Conselho delibera por maioria **simples**.

**2. (novo) Relativamente às deliberações do Conselho que exijam maioria qualificada, atribui-se aos votos dos seus membros a seguinte ponderação:**

<b>Alemanha</b>	<b>29</b>
<b>Reino Unido</b>	<b>29</b>
<b>França</b>	<b>29</b>
<b>Itália</b>	<b>29</b>
<b>Espanha</b>	<b>27</b>
<b>Polónia</b>	<b>27</b>
<b>Países Baixos</b>	<b>13</b>
<b>Grécia</b>	<b>12</b>
<b>República Checa</b>	<b>12</b>
<b>Bélgica</b>	<b>12</b>
<b>Hungria</b>	<b>12</b>
<b>Portugal</b>	<b>12</b>
<b>Suécia</b>	<b>10</b>
<b>Áustria</b>	<b>10</b>
<b>Eslováquia</b>	<b>7</b>
<b>Dinamarca</b>	<b>7</b>
<b>Finlândia</b>	<b>7</b>
<b>Irlanda</b>	<b>7</b>
<b>Lituânia</b>	<b>7</b>
<b>Letónia</b>	<b>7</b>
<b>Eslovénia</b>	<b>7</b>
<b>Estónia</b>	<b>4</b>
<b>Chipre</b>	<b>4</b>

<b>Luxemburgo</b>	<b>4</b>
<b>Malta</b>	<b>3</b>

**As deliberações são tomadas se obtiverem, pelo menos:**

- **232 votos, sempre que, por força do presente Tratado, devam ser tomadas sob proposta da Comissão;**
- **232 votos, que expressem a votação favorável de, pelo menos, dois terços dos Estados membros, nos restantes casos.**

**Se for diverso o número de Estados membros, o Conselho adoptará as medidas adequadas a garantir que o limiar da maioria qualificada corresponda, tanto quanto possível, a 72% do número total de votos.**

**Sempre que o Conselho tome uma decisão por maioria qualificada, qualquer dos seus membros pode pedir que se verifique se os Estados membros que constituem essa maioria qualificada representam 62% ou mais da população total da União. Se esta condição não for preenchida, a decisão em causa não é adoptada.**

**Sempre que um Estado membro declarar que, por expressas e importantes razões de política nacional, tenciona opor-se à adopção de uma decisão por maioria qualificada, não se procederá a votação. Neste caso, o Conselho pode, por maioria qualificada, submeter a questão à deliberação unânime do Conselho Europeu.**

**3. (novo) As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem que sejam tomadas as deliberações do Conselho que exijam unanimidade.**

---

#### **Explication éventuelle :**

*Não parece aceitável mudar desta forma o modo de deliberação. Não temos dados presentes sobre a população total no conjunto dos actuais 15 e próximos 25 Estados membros. Assim, a única solução viável é a de recusar radicalmente este critério.*

*No n.º 1 retoma-se o n.º 3 do artigo 17.º da Proposta do Praesidium, mas mais próximo do artigo 205.º, n.º 1 CE.*

*No n.º 2 ficamos com o artigo 205.º CE como está com as alterações decididas em Conselho Europeu.*

*No n.º 3, não me oponho mesmo nada a essa deliberação. Contudo, é lamentável a confusão que o projecto do Praesidium faz aqui entre Conselho – onde o Presidente da Comissão não tem nem pode ter assento – e o Conselho Europeu – onde o Presidente da Comissão tem assento por direito próprio.*

*Retoma-se o actual artigo 205.º CE, plasmando no n.º 2 o acordo obtido no Conselho Europeu de Bruxelas, de 24 e 25 de Outubro de 2002, quanto à ponderação do peso dos Estados membros a partir do próximo dia 1 de Janeiro de 2005. Aceita-se igualmente o limiar populacional previsto na Acta Final do Tratado de Nice. Por último, o n.º 2 abrange igualmente uma disposição de salvaguarda que garante a manutenção – excepcional – do Compromisso do Luxemburgo, que tem permitido um importante esforço na construção de Comunidades/União fortes.*